

Carolina Iuva de Mello¹
José Marcos Froehlich²

**TERRITÓRIO FEITO À MÃO: O ARTESANATO
COMO EXPRESSÃO IDENTITÁRIA EM
COMUNIDADES REMANESCENTES
QUILOMBOLAS**

***HANDMADE TERRITORY: CRAFTS AS
IDENTITY EXPRESSION IN REMAINING
QUILOMBOLA COMMUNITIES***

¹ Universidade Federal de Santa Maria

² Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

No globalizado mundo contemporâneo, a valorização de especificidades territoriais se tornou fundamental para a afirmação dos grupos sociais frente à alteridade. Ao considerarmos o artesanato como o resultado de uma atividade produtiva que alia destreza manual com criatividade, por vezes perpassando gerações, o saber-fazer artesanal pode ser representativo de uma expressão identitária vinculada ao território de origem. As comunidades remanescentes quilombolas possuem forte identificação cultural, que muitas vezes não é traduzida para os consumidores de seus produtos. Neste cenário, o presente artigo discorre sobre potencialidades do acionamento do artesanato como expressão de identidade territorial em duas comunidades quilombolas do Centro Serra do Rio Grande do Sul, Júlio Borges (Salto do Jacuí) e Linha Fão (Arroio do Tigre). Metodologicamente, adotou-se princípios da pesquisa-ação, tendo o estudo de caso como procedimento e recorrência à observação participante, entrevistas abertas e rodas de conversa. Por fim, ressaltamos a relevância de se aprofundar a reflexão sobre o artesanato identitário, trazendo visibilidade a saberes e fazeres que vêm recebendo renovada atenção no contexto atual de expressivo apreço pelo consumo de bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Artesanato; Território; Comunidades Remanescentes Quilombolas.

ABSTRACT

In the contemporary globalized world, the valorization of territorial specificities has become fundamental for the affirmation of social groups in the face of alterity. When we consider craftsmanship as the result of a productive activity that combines manual dexterity with creativity and often spans generations, artisanal know-how can be representative of an identity expression linked to the territory of origin. The Remaining Quilombola Communities have strong cultural identification, which is often not translated to consumers. In this scenario, this article discusses the potentialities of the activation of handicrafts as an expression of territorial identity in two Quilombola Communities in the Centro Serra territory, Rio Grande do Sul state: Júlio Borges (Salto do Jacuí) and Linha Fão (Arroio do Tigre). From the methodological point of view, it is an action research, having the case study as a procedure and recurrence to participant observation and open interviews as research procedures. Finally, we emphasize the importance of deepening the reflection on identity craftsmanship, bringing visibility to knowledge and practices that have been receiving renewed attention in the contemporary context of expressive appreciation for the consumption of cultural goods.

KEYWORDS: Crafts; Territory; Remaining Quilombola Communities.

INTRODUÇÃO

No globalizado mundo contemporâneo, poucos são os artefatos que continuam a ser produzidos no mesmo território em que são consumidos. E, desses, apenas uma parte carrega em si atributos que os vinculam a sua comunidade de produção. Os demais pertencem, assim, a um sistema sem território. Porém, ao mesmo tempo em que as fronteiras se tornam mais permeáveis e as distâncias menos evidentes devido ao advento da globalização, presencia-se um período de valorização das tipicidades e diversidades, onde a produção artesanal tem sido cada vez mais estimada pelos consumidores. Quanto mais a globalização se intensifica, trazendo consigo processos de reterritorialização/desterritorialização, mais sentimos necessidade de pertencer ou se referenciar em algum lugar no mundo (BORGES, 2003; HAESBAERT, 1997; 2004).

Nesse contexto, de expressivo apreço pelo consumo de bens culturais (JAMESON, 1997; CANCLINI, 2008; BAUMAN, 2008), os atores locais podem mobilizar os seus recursos e tipicidades histórico-culturais em favor do que consideram o seu desenvolvimento humano. Entendemos que conhecer, e tornar reconhecível, a história por trás dos artefatos possibilita reforçar a vinculação dos produtos aos territórios, fazendo um contraponto à faceta da desterritorialização promovida pela globalização. A valorização e projeção das identidades territoriais se torna fundamental para a afirmação social do grupo e para a sua diferenciação na arena dos mercados (FLORES, 2006; MELLO, 2016; FROEHLICH; MELLO, 2021). Isso é ainda mais significativo nos casos de produção oriunda de grupos sociais com forte identificação cultural, como as comunidades remanescentes quilombolas (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2011; VATTATHARA, 2018).

No contraste entre o global e o local, a questão que se coloca não é como preservar tradições ou identidades inalteradas, mas investigar como elas estão se transformando, como interagem com as forças da globalização. Assim, no presente artigo, pretendemos discorrer sobre as potencialidades que o artesanato possui de ser acionado como expressão de identidade em territórios onde estão em curso narrativas de projeção identitária. Para isso, usaremos como estudo de caso duas Comunidades Remanescentes Quilombolas do território Centro Serra do Rio Grande do Sul: Júlio Borges (em Salto do Jacuí) e Linha Fão (em Arroio do Tigre). A nossa aproximação com as comunidades ocorreu por meio da atuação do Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades (NEDET-UFSM), visando promover ações de inclusão produtiva e gestão social naquele território (FROEHLICH *et al.*, 2019).

Do ponto de vista metodológico, o projeto se balizou principalmente nos princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997). Segundo Benbasat; Goldstein; Mead (1987), a pesquisa-ação pode ser considerada um tipo de estudo de caso, com a diferença que o pesquisador deixa de ser um simples observador para ser também um participante; e o processo de mudança social torna-se, ao mesmo tempo, seu objeto de pesquisa e seu propósito intencional. Entre os procedimentos de pesquisa,

ressaltamos a observação participante, as entrevistas abertas e as rodas de conversa.

O artigo divide-se em três seções, além desta Introdução. Na primeira, discorremos sobre as noções de artesanato, identidade e território, e suas inter-relações com o desenvolvimento territorial. Ressaltamos que as especificidades culturais, como o saber-fazer do artesanato, carregam em si signos de distinção que podem vir a ser acionados como estratégias de diferenciação nos mercados. Na segunda seção, apresentamos as Comunidades Remanescentes Quilombolas do território Centro Serra do Rio Grande do Sul. E, por fim, analisamos algumas ações extensionistas promovidas pelo NEDET-UFSM junto às comunidades, cujos objetivos buscavam consolidar a produção artesanal como parte da imagem identitária coletiva¹ do território, a partir da percepção das potencialidades que o artesanato apresenta de expressar signos identitários.

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E ARTESANATO

A globalização promoveu a compressão espaço-tempo², aproximando e intensificando as trocas materiais e culturais (HARVEY, 2012), estabelecendo, conforme Giddens (2005), laços genuinamente mundiais, quando eventos que ocorrem em um lado do globo afetam comunidades e relações sociais no outro, e vice-versa. A globalização facilitou a massificação de processos econômicos e simbólicos a partir da criação de um imaginário coletivo internacional popular (ORTIZ, 2013). Entretanto, em paralelo e como que em um movimento reativo, a preocupação com atributos e valores territoriais passou a permear discussões em diversas áreas do conhecimento.

Segundo Lash e Urry (2002), as relações sociais capitalistas passaram a ser cada vez mais mediadas por signos, de modo que, a fim de compreender o capitalismo global contemporâneo, é necessário compreender a forma como a cultura é agora implicada na produção e consumo de bens e mercadorias. Tal fato promoveu uma aproximação dos polos semânticos e discursivos envolvendo os conceitos de cultura e desenvolvimento. O movimento que introduziu a dimensão cultural nos discursos sobre o desenvolvimento ficou conhecido como *cultural turn* (STEINMETZ, 1999) e tinha por objetivo diversificar seus significados, buscando encontrar alternativas mais adequadas para cada localidade.

Cultura é aqui entendida como uma teia de significados que orienta a existência humana. Trata-se de um sistema de símbolos que interage com os sis-

¹ Optamos por usar a expressão 'imagem identitária coletiva' em vez de 'identidade visual', pois entendemos que esta possui nuances específicas da área do design/desenho industrial que não foram atribuídas no caso em questão; enquanto aquela se refere a elementos imagéticos que remetem à memória coletiva dos grupos sociais, ou seja, são imagens identitárias que os representam de alguma forma enquanto comunidades.

² A compressão espaço-tempo é um fenômeno recorrente no atual estágio do capitalismo mundial onde, segundo Harvey (2012, p. 140) "os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado".

temas de símbolos de cada indivíduo numa interação recíproca (GEERTZ, 1989). Porém, Pietersen (1995) chama a atenção para o fato de a cultura ser uma arena de disputas, de modo que a melhor forma de entendê-la seria visualizá-la como camadas históricas sobrepostas e não como unidades culturais coesas. Neste sentido, Bhabha (2013) questiona a validade de cultura como símbolo, construção aparentemente universal e desvinculada de qualquer contexto, e defende a noção de cultura como signo, localizada dentro de um contexto específico, comprometida com um sistema ideológico, envolto em uma arena de conflitos. As condições discursivas da enunciação dão flexibilidade aos signos, de modo que estes possam ser traduzidos, lidos de outro modo.

Entre as razões para a crescente presença da noção de cultura no pensamento contemporâneo sobre o desenvolvimento, destaca-se a percepção de que a globalização pode ameaçar a diversidade cultural por meio da homogeneização das identidades culturais (RADCLIFFE, 2006). Neste artigo, utilizamos a noção de identidade do ponto de vista subjetivista, ou seja, “um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária em maior ou menor grau. [...] o importante são então as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões” (CUCHE, 2002, p. 181).

Frequentemente se presume que a identidade cultural é algo homogêneo, com fronteiras bem delimitadas e que não muda com o passar do tempo. Porém, quando pesquisas antropológicas realizadas em comunidades isoladas demonstraram que mesmo os menores grupos sociais estavam associados culturalmente a grupos macros, a ideia de um isolamento espacial que mantinha as tradições locais intocáveis logo se mostrou ilusória (FEATHERSTONE, 1996). Além disso, a preocupação contemporânea com a homogeneização cultural por parte daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça solapar a unidade das culturas nacionais (HALL, 2006) se torna desprovida de propósito quando se reconhece que as identidades nacionais foram forjadas com o intuito de delimitar as fronteiras simbólicas da nação.

Nesse cenário, levamos em conta a posição de Bauman (2005, p. 94), que acredita não ser possível ser contra a globalização, assim como não se pode ser contra um eclipse do sol: “o problema [...] não é como ‘desfazer’ a unificação do planeta, mas como domar e controlar os processos, até agora selvagens, de globalização – e como transformá-los de ameaça em oportunidade para a humanidade”. A globalização, portanto, possibilita a construção de novas identidades a partir de interações entre o global e o local, permitindo que grupos sociais se utilizem de suas tipicidades culturais para construir e projetar uma representação simbólica da sua identidade ou de seus processos de identificação.

Na abordagem territorial do desenvolvimento, a identidade tem sido apresentada como um potencial mobilizável como estratégia de valorização produtiva (FLORES, 2006) por meio dos denominados sinais diacríticos, elementos identificadores de um grupo atribuídos e reconhecidos reciprocamente pelos seus membros, tornando-se símbolos reais ou imaginários (BARTH, 2000). A definição destes

sinais diacríticos é um importante processo de afirmação do grupo, garantindo sua continuidade e singularidade frente a outros grupos (CUNHA, 1986). São, acima de tudo, objetos de uma (re)interpretação da história do grupo e do território, selecionados e acionados deliberadamente a partir de relações de poder. Trata-se da busca pela afirmação e projeção de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria, de características singulares que diferenciem o território dentro do universo da globalização (DE PAULA, 2004). A construção e/ou afirmação de uma imagem identitária coletiva funciona como um amálgama social que pode ser acionado como elemento catalisador de ações e sinergias capazes de promover sentidos acerca do território e fomentar atividades socioeconômicas e socio-culturais baseadas na diferenciação (PECQUEUR, 2005; MELLO; FROEHLICH, 2019).

A concepção de território utilizada neste artigo é aquela que o reconhece como uma construção social, sendo compreendido pela sua dimensão valorativa e resultante da identificação e da mobilização dos atores sociais em um dado espaço geográfico. Nessa concepção, o território é definido como local de reconhecimento e mobilização de recursos específicos, ou seja, “um recurso que dificilmente pode ser transferido de um lugar para outro. Ele é intrínseco ao local ou ao território” (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008, p. 192).

Os territórios se caracterizam por possuírem identidades ou traços culturais distintos, na medida em que vivem dimensões diversas em um ou mais aspectos. Os vínculos que se estabelecem entre um grupo social e o território onde vivem, perpassando a formação da própria identidade destes sujeitos, podemos chamar de identidade territorial. Porém, a identidade não é estanque, é algo que se forma ao longo dos anos, que acompanha e se transforma junto com o sujeito. Todas as interferências culturais e aprendizados são agregados nesta identidade, modificando-a. “Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

Fagianni (2006) defende que, mediante os efeitos da globalização, onde a qualidade não é mais um diferencial dos produtos e serviços, mas um aspecto inseparável, a inovação pode estar no apelo original, na emoção e nos sentimentos que se desperta nos consumidores por meio de signos e símbolos de sua cultura, aproximando-os do objeto em questão. Nesse contexto, onde as especificidades culturais e identidades territoriais estão sendo acionadas com frequência cada vez maior (KRUCKEN, 2009; BORGES, 2011; PICHLER; MELLO, 2012; MELLO, 2016; FROEHLICH; MELLO, 2021), o artesanato passou a desempenhar um papel de diferenciação simbólica na arena do mercado e narrativas passaram a ser criadas, reconstruídas ou evocadas para revestir os artefatos feitos à mão de certa ‘aura’ (BENJAMIN, 1987), em oposição aos objetos ‘impessoais’ da produção em massa.

O artesanato possui um importante valor social, pois é uma fonte de geração de renda e um veículo renovado de expressões culturais (PAZ, 2015). Neste artigo, a partir do conceito proposto pelo Conselho Mundial do Artesanato (apud MASCÊNE; TEDESCHI, 2010), consideramos artesanato como sendo toda a atividade produtiva que resulte em artefatos acabados feitos manualmente, ou com

a utilização de meios tradicionais, e que aliem destreza, habilidade e criatividade.

Concordamos com Canclini (1983), quando este afirma que os produtos artesanais são manifestações culturais e econômicas dos grupos que os produzem, e é esta dupla inscrição, histórica e estrutural, que produz seu aspecto híbrido. Por isso, Canclini (1983, p. 140) ressalta que a visão do artesanato não pode ser limitada nem por seu aspecto simbólico, buscando-se simplesmente preservar a tradição cultural, “haja vista o êxodo dos jovens e a persistente miséria daqueles que permanecem em povoados inalterados”; nem por seu aspecto econômico, por meio da total mercantilização e industrialização dos produtos artesanais, pois isto acarretaria em descaracterização dos padrões culturais dos artesãos.

Devemos encontrar um caminho entre dois obstáculos vertiginosos: a tentação folclorista de enxergar apenas o aspecto étnico, considerando o artesanato apenas como uma sobrevivência crepuscular de culturas em extinção; ou, como uma reação a isto, o risco de isolar a explicação econômica, e estudá-lo como qualquer outro objeto regido pela lógica mercantil (CANCLINI, 1983, p. 71).

A noção de cultura como recurso (YÚDICE, 2006) vai além das noções de mercantilização e preservação, busca-se a sua gestão. Assim, a valorização do artesanato como recurso faz parte de uma abordagem que busca a superação dessa polaridade. Nesta abordagem a noção de hibridação cultural ganha proeminência, ou seja, quando “estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2013, p. XIX). Por híbrido, queremos nos referir, tal como apontado por Bernd (2004, p. 100-101), a um “processo de ressimbolização em que a memória dos objetos se conserva e em que a tensão entre elementos díspares gera novos objetos culturais que correspondem a tentativas de tradução ou de inscrição subversiva da cultura de origem em uma outra cultura”.

Os processos de hibridação frequentemente surgem da criatividade: “busca-se reconverter um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado” (CANCLINI, 2013, p. XXII). Esta reconversão é encontrada com frequência no artesanato na contemporaneidade, seja quando este passa a ser vinculado a usos contemporâneos para alcançar maior número de compradores, ou quando aos artefatos artesanais são atribuídos signos de identificação com o território para se inserirem em narrativas de construção identitárias. Portanto, o artesanato como expressão de identidade territorial é inevitavelmente traduzido, ou seja, é parte de um processo por meio do qual os artesãos passam a rever seus próprios sistemas de referência (BHABHA, 2000 apud TAGATA, 2007).

O fomento à valorização do artesanato se faz relevante para evitar o desaparecimento de técnicas tradicionais que poderiam facilmente se tornar expressão de identidade territorial, mas que se tornam cada vez mais difíceis de serem encontradas, especialmente devido ao envelhecimento dos artesãos que a praticam e o pouco interesse dos artesãos mais jovens em dar continuidade ao saber-fazer de seus progenitores (FROEHLICH; MELLO, 2021). Um dos motivos que pode

estar causando esse desinteresse é que grande parte das técnicas que podem ser consideradas representantes do patrimônio cultural do território normalmente exigem maior dedicação de tempo do que técnicas mais recorrentes e divulgadas na atualidade, ensinadas em programas televisivos e revistas especializadas.

Ao se distanciar do modo de vida do seu produtor, o artesanato acaba perdendo valor simbólico e se tornando um objeto como qualquer outro regido pela lógica mercantil. Quando simplesmente reproduzidos de revistas ou da internet, os artefatos não adquirem signos de distinção necessários para torná-los expressão de identidade territorial (MELLO, 2016). Assim, a inserção de modificações na cadeia produtiva do artesanato visando reforçar o seu papel como expressão de identidade territorial pode ser vista como uma opção para a manutenção da prática artesanal enquanto alternativa econômica não dissociada do aspecto simbólico, desde que assimilada e dominada pelos artesãos (MELLO, 2016; FROEHLICH; MELLO, 2021).

Mesmo em territórios onde a tradição artesanal é escassa ou está enfraquecida, é possível acionar o artesanato de modo que ele coopere para o reconhecimento das tipicidades territoriais a serem dinamizadas nas narrativas identitárias em nome do desenvolvimento do território. Porém, idealmente este acionamento deve possuir limites, de modo que o ponto de vista econômico não se sobreponha aos aspectos socioculturais da prática artesanal. Nesse contexto, conforme ressaltado por Leite (2005), os artefatos artesanais não devem ser encarados meramente como produtos, mas como processos, que refletem os modos de vida de quem os produz.

Ao se analisar as relações entre território, identidade e cultura, torna-se possível visualizar configurações mobilizadas a partir de identidades socialmente construídas e capazes de imprimir especificidades aos produtos e serviços territoriais, conferindo-lhes maior competitividade nos mercados. A prática artesanal, quando arquitetada nas características culturais que se estabelecem enquanto referencial para os próprios sujeitos do território, torna-se um sinal diacrítico de identificação cultural. Assim, os vínculos do artesanato com o território onde é produzido podem contribuir para potencializar estratégias de construção e projeção identitária que se tecem em nome do desenvolvimento, especialmente em comunidades com forte identificação cultural, como no caso das comunidades remanescentes quilombolas.

AS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS NO CENTRO SERRA DO RS

A palavra quilombo, segundo Freitas et al. (2011), tem origem na etimologia Bantu e significa ‘acampamento guerreiro na floresta’, referindo-se às unidades de defesa e apoio mútuo criadas pelos rebeldes contra o sistema escravista, servindo de base para as suas resistências, organizações e lutas pelo fim da escravidão no Brasil. Os grupos quilombolas foram expulsos das regiões mais povoadas e controladas pela Coroa Portuguesa e depois Brasileira, sofrendo constantes

perseguições, o que levou a muitos destes agrupamentos se refugiarem em locais isolados e de difícil acesso. Isto resultou historicamente na permanência destes grupos em territórios rurais distantes das sedes municipais, com acesso precário a serviços e infraestruturas públicas, e sem a titulação de propriedade das terras que ocupavam, às vezes por mais de séculos (CARRIL, 2006).

Os quilombolas passaram a conhecer e se utilizar dos recursos naturais existentes nos territórios que ocuparam, praticando a agricultura de subsistência, com excedentes comercializáveis, mantendo eventuais relações com os mercados de proximidade. O longo tempo de interação destes grupos com os diferentes ecossistemas onde habitavam, resultou na configuração de distintos modos de vida e de aproveitamento dos recursos locais, com fins de subsistência e expressão sociocultural.

Em certos ecossistemas, como os de floresta, os quilombolas tornaram-se extrativistas. Habitantes das margens de rios tornaram-se ribeirinhos e pescadores, além de agricultores, no interior das matas, à montante das cachoeiras e nas serras, lugares que serviram de abrigo e esconderijos, protegendo-os dos capitães do mato. As simbologias e representações sobre a natureza formuladas pelos quilombos originaram a base da identidade homem-meio. Memória, terra e etnia formaram uma simbiose que lhes permitiram um vínculo duradouro entre si e com o lugar (CARRIL, 2006, p. 161).

Esta relação de pertencimento a uma comunidade e a sua terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais se confrontam e se relacionam (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Devemos ressaltar, também, que mesmo após o seu reconhecimento pela Carta Constitucional de 1988, as comunidades quilombolas ainda lutam por igualdade de direitos, pela posse e regularização de suas terras, pelo acesso à saúde e educação públicas, visto que, ainda hoje muitos destes grupos encontram-se em situações de vulnerabilidade socioambiental (FREITAS et. al, 2011). No intuito de promover a equiparação dos direitos civis destas comunidades, o Governo Federal instituiu em 2004, que:

Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos (INCRA, 2004).

Assim, passou-se a reconhecer oficialmente a particular territorialidade quilombola, vinculada ao uso comum dos recursos e perpassada, especialmente, pelas relações familiares (CARVALHO; LIMA, 2013). “Em todos os casos, estamos diante de representações da realidade, na medida em que os seres humanos constroem símbolos e significados sobre si próprios e sobre o mundo” (BRANDÃO, 1986 apud CARRIL, 2006, p. 169).

As comunidades quilombolas têm resistido ao longo do tempo para viabilizar sua reprodução socioeconômica e cultural, enquanto descendentes de povos

escravizados. A garantia de seus territórios é condição básica para alcançarem patamares dignos e igualitários de desenvolvimento humano, uma vez que os territórios são o ponto de partida na perspectiva da produção de autoconsumo e inserção em mercados, além de servir como referência de suas identidades étnico-raciais. Na contemporaneidade, os quilombos se caracterizam como comunidades tradicionais posto que sua relação com a terra não é atrelada à posse, mas sim a suas construções identitárias. Suas expressões socioculturais apresentam traços típicos e distintivos, em relação aos padrões hegemônicos na sociedade brasileira, estando em constante ameaça devido à invisibilização social advinda do processo histórico da escravidão e da marginalização da identidade negra (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2011).

As duas comunidades quilombolas apresentadas neste artigo se encontram no território Centro Serra do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por ser predominantemente rural, com forte identidade produtiva ancorada na agricultura familiar e presença marcante de jovens e mulheres trabalhadoras rurais, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, entre as quais estão as Comunidades Remanescentes Quilombola de Linha Fão (Arroio do Tigre) e de Júlio Borges (Salto do Jacuí). A nossa aproximação às comunidades se deu por meio do Núcleo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Territorialidades (NEDET - UFSM), que visa promover ações de inclusão produtiva e gestão social naquele território (FROEHLICH, 2017).

A formação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) decorreu de uma iniciativa datada do ano de 2014, oriunda na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa iniciativa buscou construir parcerias da SDT com as universidades públicas brasileiras para apoiarem iniciativas em Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Ainda, tal chamada conduziu estas instituições para uma nova estratégia de articulação e condução da política territorial e de assessoramento aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), instancia máxima de deliberação dos territórios reconhecidos pela então política territorial do Governo Federal. As universidades públicas participantes puderam experimentar novas possibilidades de extensão universitária e de espaços formativos, ao mesmo tempo em que qualificaram os processos de coleta, atualização e análise de dados e informações e de elaboração e implementação de projetos de interesse territorial. Aos NEDET's, por sua vez, coube a responsabilidade de assessorar cada CODETER em atividades de gestão social, através das dinâmicas participativas, bem como de atividades de inclusão produtiva, orientadas pelos Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial Sustentável de cada território (FROEHLICH; et al., 2019b; DELGADO; LEITE, 2011).

Neste contexto surgiu o NEDET Centro Serra, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com equipes multidisciplinares compostas por docentes, alunos de graduação e pós-graduação, com objetivo de acompanhar, mediar e contribuir com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra do Rio Grande do Sul. A experiência do NEDET do Território Centro Serra, quando do assessoramento ao seu CODETER, tornou-se um importante

subsídio para discussão, formação e prática da extensão universitária, visto que se inseria, ao mesmo tempo, em um contexto mais amplo, da implementação de uma política pública em todo território nacional, como também no contexto de mediação e atuação na escala territorial (FROEHLICH; et al., 2019b).

Desde sua formação, o NEDET-UFSM conferiu especial atenção aos grupos em condição de maior vulnerabilidade social, como às comunidades quilombolas do território Centro Serra do RS. Ao propor e aprovar projetos no Edital 01/2016 da Incubadora Social da UFSM, o NEDET passou a atuar na perspectiva da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários vinculados a essas comunidades quilombolas e, para fortalecer seu trabalho nesta linha, concorreu na Chamada CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017 'Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários'. Contando com apoio de recursos dessas duas fontes, foi possível desenvolver trabalho de incubação social nestas duas comunidades quilombolas do território Centro Serra: Linha Fão e Júlio Borges.

A Comunidade Quilombola Linha Fão, localizada a cerca de 30 km do centro urbano de Arroio do Tigre, teve início a partir da década de 1970, quando famílias que viviam no que se denominou como "Terras de Aparício", pela falta de documentos e instruções, foram obrigadas a se retirar do local em que viviam e começaram a se deslocar para a área em que atualmente vivem. O território atual possui uma área de 11 hectares (sendo que metade da área não é agricultável), ocupada por 15 famílias. A distribuição das terras entre essas famílias não se deu de forma igualitária, o que exigiu diferentes estratégias de reprodução social (BUTI, 2014). Até hoje, a maior parte das famílias não possui a titularidade das terras; na verdade, só uma família detém a posse documentada de 5,5 hectares e as outras famílias vivem como se as terras fossem "arrendadas" a elas.

O local, que fica às margens do Arroio do Caixões, é bastante íngreme, possui solo raso e pedregoso, sendo praticamente inviável a prática de agricultura convencional. A maior parte dos moradores trabalha como diarista em lavouras de tabaco, ganhando cerca de R\$100,00 por dia na temporada de safra que vai de outubro a fevereiro. Na própria comunidade, as atividades se concentram na produção de artesanato e pequenas hortas onde mantêm ervas medicinais, árvores frutíferas e hortaliças.

A comunidade apresenta um grau de vulnerabilidade social muito acima da média municipal, especialmente por viverem em uma extensão territorial de apenas 11 hectares quando a média no município é de 20 hectares/família. Tal situação histórica de precariedade e vulnerabilidade fez a comunidade lançar mão de estratégias de sobrevivência, recorrendo à migração para o município vizinho de Salto do Jacuí, mais propriamente para Júlio Borges, cerca de 10 quilômetros de distância de Linha Fão, para trabalharem na catação (extração) de pedras ágatas naquele sítio. Com isso, foi se constituindo a Comunidade Remanescente Quilombola de Júlio Borges, que mantém com Linha Fão fortes laços de parentesco por consanguinidade e afinidade (FROEHLICH, 2017).

A Comunidade Remanescente de Quilombos de Júlio Borges está situada a

22 km do centro urbano de Salto do Jacuí e é constituída por cerca de 40 famílias. Em 2016, as terras onde a Comunidade se encontra foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que, de um total de 420 hectares (COELHO, 2014), metade é compartilhado com indígenas Kaingang. No quilombo são produzidas diversas culturas agrícolas de subsistência como milho, mandioca, amendoim, batata-doce e feijão. E a maior parte dos moradores também trabalha em lavouras de fumo da região, no plantio de soja e na extração da pedra ágata.

Portanto, ambas as Comunidades Remanescentes Quilombolas expressam uma cultura baseada em saberes tradicionais, que remonta a seus antepassados africanos escravizados no Brasil e seus descendentes. Além disso, são comunidades consideradas pobres em termos socioeconômicos e marginalizadas nas instâncias políticas e de acesso a direitos sociais. As ações do NEDET-UFSM buscaram promover a qualificação e a diversificação das atividades produtivas dedicadas aos cultivos tradicionais, levando em conta os princípios da agroecologia, o planejamento de atividades voltadas à produção de panificados e o fomento do artesanato, com vistas à inserção destas comunidades quilombolas em redes de economia solidária e mercados institucionais. Assim, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), foi possível contemplar ambas as comunidades com máquinas de costura que começaram a ser utilizadas para produzir mochilas e outras peças artesanais customizadas.

O ARTESANATO NAS COMUNIDADES LINHA FÃO E JÚLIO BORGES

A partir do exposto, esta seção objetiva analisar o artesanato como expressão de identidade territorial das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Linha Fão e de Júlio Borges. Para isso, serão apresentadas algumas ações realizadas com o intuito de ampliar a visibilidade comunitária relativa a seus saberes e fazeres artesanais que, por sua vez, vêm recebendo renovada atenção no contexto contemporâneo de expressivo apreço pelo consumo de bens culturais.

Desde as primeiras aproximações às Comunidades, a equipe do NEDET reconheceu que havia potencial de acionar o artesanato produzido pelas mulheres quilombolas em estratégias de construção e projeção identitária e, por isso, buscou agregar a sua equipe de atuação estudantes da área do design³ para mediar oficinas de produção artesanal e auxiliar as comunidades na criação de uma imagem identitária que tornasse reconhecível as suas produções como quilombolas, fator importante para a afirmação identitária do grupo e a diferenciação dos produtos em relação a similares nas arenas dos mercados. Todas as ações envolvendo o artesanato, e aqui relatadas, pautaram-se pelas quatro fases da pesquisa-ação sugeridas

³ Compreendemos que toda e qualquer interação entre designers e artesãos não é despida de conflitos ou resistência. Porém, esta problemática, apesar de relevante, foge ao escopo específico deste trabalho. Para uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, recomendamos a leitura de Benz e Lessa (2016) e Ricaldoni, Silva, Rezende (2018).

por Thiollent (1997), sendo elas: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

Ressaltamos, desde nosso ponto de vista, que as ações de valorização de identidades territoriais devem sempre promover o diálogo com os atores locais para que os resultados alcançados sejam interessantes para ambas as partes e coerentes com a realidade dos grupos sociais envolvidos (MELLO; et al., 2011). A dialogicidade, portanto, configurou-se como a principal abordagem metodológica de relação entre os sujeitos, ou seja, buscou-se sempre estabelecer no processo de interação a intencionalidade comunicativa entre os diversos sujeitos envolvidos (FREIRE, 1987); aspecto de particular relevância neste caso, pois as comunidades tradicionais têm a oralidade como principal forma de expressão e comunicação de seus saberes.

Na fase de diagnóstico, o objetivo foi identificar os principais traços que caracterizavam o espaço socioambiental onde os produtos artesanais eram criados, suas histórias e suas qualidades, associadas ao território e à territorialidade comunitária quilombola. Para tanto, foram realizadas imersões nas comunidades, nas quais a equipe foi recebida e ficou hospedada em algumas casas, conheceu os membros das famílias, e pôde partilhar um pouco das suas rotinas e ter os primeiros contatos com as produções artesanais locais. Também se teve contato com os alimentos tradicionais, com a natureza do local, e com as formas de se relacionar em grupo, entendendo melhor como se davam as inter-relações e os vínculos familiares entre as duas comunidades, bem como os dias e horários mais propícios para realizar atividades.

Durante a observação participante, pudemos identificar que o artesanato com palha de milho (Figura 1) é um saber-fazer que vem sendo transmitido entre as gerações em ambas as comunidades. No seu aspecto simbólico, é uma expressão da identidade quilombola e tem como característica a conservação sócio-histórico-cultural, pois é uma técnica que foi elaborada e transmitida desde a ancestralidade matriarcal presente nas comunidades. No aspecto material, é um artesanato que utiliza matéria-prima proveniente do território, reforçando a ligação dos quilombolas com a terra, pois deriva de cultivo agroalimentar amplamente praticado nas comunidades.



Figura 1 – Artesanato com trançado de palha de milho. Fonte: Acervo NEDET - UFSM

Contudo, o artesanato produzido nas comunidades tem recebido novas influências e significados, não sendo produzido nem utilizado da mesma forma que as gerações anteriores o faziam⁴. Percebemos também que as artesãs sabem fazer variados tipos de artesanatos, como costuras, reutilização de tecidos, crochês, tricô, e outras técnicas que aprenderam por meio de tecnologias de informação e comunicação, em cursos ministrados por entidades extensionistas e/ou com parentes ou amigas. Porém, muitas dessas técnicas artesanais utilizam matérias-primas industrializadas (Figura 2), como papel e tecido, provenientes externamente ao território, perdendo a vinculação com o território e aumentando os gastos com a compra de insumos. Ou seja, processos de hibridação (CANCLINI, 2013) estão em curso no artesanato produzido nas comunidades, indiciados pela inserção de novos elementos advindos de outras práticas culturais, acarretando mudanças no modo de fazer, consumir e circular desses bens.



Figura 2 – Artesanato com matéria-prima industrializada. Fonte: Acervo NEDET-UFSM

Ainda durante a fase de diagnóstico foi promovida uma roda de conversa com o intuito de expor os artesanatos das artesãs e artesãos do território, realizando uma troca de saberes das técnicas e, também, por meio do diálogo, estimular nos participantes a percepção da importância do artesanato como representação identitária coletiva. A partir desse encontro, foi possível reunir amplo leque de informações, viabilizando um inventário dos artefatos artesanais em um detalhado banco de fotos, com imagens que registram as expressões identitárias destas comunidades quilombolas. Também foi possível entender melhor a proveniência das matérias-primas, bem como, por meio das falas das anciãs, compreender como as técnicas artesanais foram passadas de geração em geração dentro de cada comunidade.

No decurso da roda de conversa, uma das artesãs da comunidade Júlio Borges fez um importante apontamento, afirmando que o artesanato expressa uma representação da identidade quilombola, podendo auxiliar na luta mais ampla contra o racismo e a favor do reconhecimento social do povo negro. Portanto, interpretamos que há uma dupla função atribuída ao artesanato nas comunida-

⁴ No presente artigo, optamos por focar o enredo descritivo nas comunidades quilombolas e, portanto, não exploramos as conexões das localidades com o seu entorno. Para mais informações sobre essas conexões, incluindo as jornadas do artesanato no circuito de vendas, sugerimos a leitura de Froehlich; et al. (2019) e Costa, Vieira, Froehlich (2019).

des quilombolas: geração de renda e expressão cultural. Dado que a produção de artesanato com trançado de palha de milho é um saber-fazer que vem sendo transmitido há gerações entre as mulheres das comunidades, e provem de matéria-prima vinculada ao território, o NEDET-UFSM focou em promover ações no intuito de fortalecer a prática e viabilizar a sua manutenção como uma expressão territorial da cultura quilombola.

Desse modo, durante a fase de planejamento, em que foram discutidas e definidas as ações para a fase de execução, o foco se deu em promover oficinas que buscassem ampliar a quantidade de artesã(os) com domínio do artesanato em palha de milho, estimulando também a utilização de motivos vinculados à cultura quilombola nos artesanatos produzidos pelas comunidades e proporcionando conhecimentos que aprimorassem a técnica, especialmente em relação à conservação e acabamento da palha. Outra ação planejada foi a criação de imagens identitárias que pudessem ser utilizadas pelas comunidades em suas produções artesanais, pois a dimensão cultural e o conhecimento implicados na criação dos artefatos muitas vezes não são comunicados de forma explícita e adequada nos produtos. Informar sobre o modo de fazer é importante para a valorização e perpetuação da tradição e da história dos artefatos, identificando e distinguindo as comunidades que os produzem, e seus territórios de origem, para assim garantir o fortalecimento das associações comunitárias e o reconhecimento do artesanato quilombola perante outros atores territoriais, potenciais mercados de interesse e na sociedade em geral.

Posteriormente, a fase de execução foi marcada pela realização de oficinas mediadas pelo NEDET-UFSM. Uma das primeiras oficinas promovidas foi de trocas de saberes entre membros das comunidades Linha Fão e Júlio Borges, integrantes do Quilombo Vovó Isabel (de Nova Palma, RS) e uma extensionista da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS). Contando com 40 participantes, o intuito da oficina foi apresentar os artesanatos produzidos nas comunidades e realizar uma troca de saberes da técnica do trançado de palha de milho. Na parte da manhã as artesãs relataram como seus artesanatos são produzidos, com quem aprenderam a técnica e a origem dos materiais utilizados. Também foi feita uma exposição sobre a importância do artesanato como expressão cultural, traçando um breve histórico do artesanato e de suas mudanças e relevâncias no atual contexto do mundo contemporâneo.

Na parte da tarde, as integrantes do quilombo Vovó Isabel relataram sobre a sua experiência com a agroindústria da comunidade e suas vivências com o artesanato. Na sequência, os participantes da oficina foram separados em grupos, para promover o diálogo e trocas de experiências. Nesse momento, identificamos que várias mulheres das comunidades dominam a técnica do trançado com a palha de milho e, apesar de não falarem explicitamente ao público sobre isso, conseguem expor na prática suas experiências, bem como nas conversas mais reservadas. Constatamos também que a técnica do trançado de palha foi ensinada

inicialmente pelas ancestrais matriarcas da comunidade Linha Fão, com destaque para a tia Funé. Nesse momento, uma das participantes mais jovem fez a seguinte colocação, de forma reflexiva: “então isso vem lá dos descendentes”. A fala reforça a importância desses momentos de troca e de reflexão sobre a própria história, que fomenta o sentimento de pertença ao território e de valorização dos aspectos distintivos da própria trajetória sociocultural. Esta fala reforça o entendimento de que o artesanato, além de constituir possibilidade de gerar ocupação e complementação de renda, pode representar, *pari passu*, o reconhecimento e a ressignificação das expressões simbólicas e identitárias do ‘ser quilombola’.

Também foi organizada uma oficina de conservação e aprimoramento das técnicas em palha de milho ministrada pela artesã Renilde Cembrani Mario Ramellini (de Ibarama, RS) na Comunidade Quilombola Linha Fão. A atividade contou com a participação de 10 mulheres da comunidade e o propósito foi realizar uma troca de conhecimentos sobre técnicas, materiais de conservação, pigmentação e aperfeiçoamentos da palha de milho para uso nos produtos artesanais. A metodologia participativa propiciou a presença ativa de todas nos debates, nas trocas de experiências e na própria confecção dos materiais. Em suma, todas puderam contribuir por meio de seus saberes tradicionais, informações e experiências adquiridas.

Na sequência, foram promovidas oficinas criativas para a elaboração das alternativas de imagens identitárias para ambas as comunidades. Foi ministrada uma oficina de experimentação gráfica em cada comunidade com o intuito de estimular a criatividade das participantes e, ao mesmo tempo, compreender as palavras, imagens e simbolismos que representavam a comunidade para as pessoas que ali viviam. Ambas as oficinas tiveram em média 15 participantes, todas mulheres, de diferentes faixas etárias. Durante as oficinas foram sendo compartilhadas memórias das anciãs presentes, que aproveitaram o momento de trocas para relatarem suas experiências de vida no território.

As oficinas iniciaram reforçando a importância de se ter uma imagem identitária para proporcionar o reconhecimento das produções das comunidades como sendo quilombolas. Foram apresentados exemplos de marcas quilombolas já existentes e discutidos seus elementos e simbolismos, trazendo a reflexão da importância da expressão da identidade cultural perante a sociedade, de forma valorativa e reconhecível. Após, usou-se a técnica de *brainstorming*, frequentemente utilizada para desenvolver novas ideias, unir informações e fomentar o pensamento criativo, de modo a estimular as participantes a definirem palavras que remetessem às características das comunidades. As principais palavras citadas foram: família, seus valores (amor, proteção, núcleo) e os sujeitos da comunidade, a mulher e o homem quilombola (trabalhadores), as crianças (esperança), jovens (mudança) e os idosos (sabedoria); o trabalho (dignidade) e suas ferramentas, em especial a enxada; o plantio e produtos da terra, como as ervas e o valor dos alimentos e, por fim, os diferentes tipos de artesanato. Após, conhecidos os principais eixos da expressão da comunidade, foram feitos vários desenhos pelas participantes, expressando essas palavras não só oralmente, mas também visualmente (Figura 3).



Figura 3 – Alguns dos desenhos elaborados durante a oficina.
Fonte: Acervo NEDET-UFSM

Assim, foi possível obter as referências gráficas a partir dos desenhos e palavras escritas, bem como os sentimentos e ideias de pertencimento que nortearam os próximos processos da projeção. A partir das referências textuais e imagéticas das oficinas realizadas, a equipe do NEDET-UFSM gerou alternativas⁵ de imagens identitárias coletivas para serem apresentadas e discutidas com as comunidades. A figura 4 apresenta algumas das alternativas elaboradas para a Comunidade Quilombola Júlio Borges.



Figura 4 – Alternativas sintéticas de imagem identitária coletiva para a comunidade Júlio Borges.
Fonte: Acervo NEDET-UFSM

A imagem à esquerda foi elaborada a partir dos desenhos de mãos das pessoas que participaram da oficina. As mãos tem um significado importante para os trabalhadores das Comunidades, pois é a sua principal ferramenta de trabalho, seja para pegar na enxada, fazer artesanato, para plantar ou colher. Também representa o núcleo familiar da comunidade, contendo a mão de uma criança (esperança), de uma jovem (mudança), de uma idosa e de um idoso (sabedoria). A opção representada na imagem central é marcada pela presença de diversos elementos da cultura quilombola da comunidade, como as ferramentas de tra-

⁵ No processo criativo, a etapa de produção de ideias é geralmente denominada de 'geração de alternativas'.

balho, a natureza, as ervas medicinais, os produtos da terra e os animais. Como ponto focal principal, temos a figura de uma mulher negra com seu turbante em cores que remetem à Africanidade. As duas opções foram apresentadas a pessoas da comunidade Júlio Borges, onde foi ressaltada a importância de também se representar o homem quilombola. Dessa forma, a terceira alternativa, imagem à direita, representa a importância do núcleo familiar para a Comunidade, a identidade da mulher e do homem quilombola, os elementos da natureza do território e das suas ferramentas de trabalho.

De modo análogo ao trabalhado na comunidade Júlio Borges, a partir de reuniões com suas integrantes e ouvindo as expressões da comunidade, foram desenvolvidas alternativas de imagem identitária coletiva para a Comunidade Quilombola Linha Fão (Figura 5).

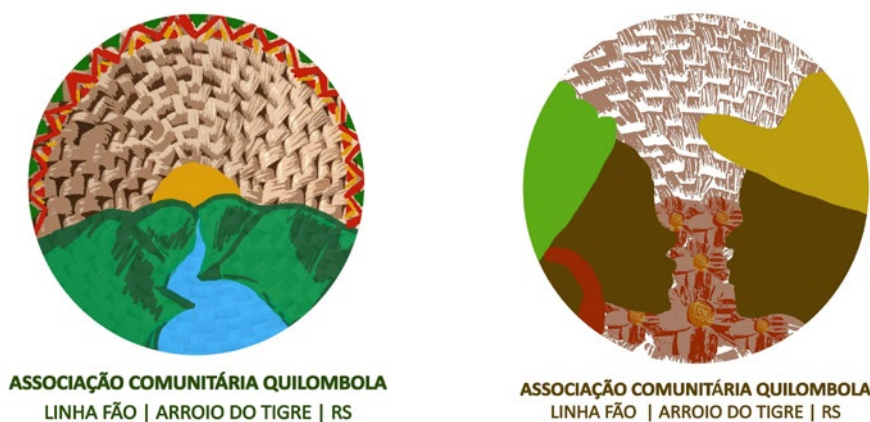


Figura 5 – Alternativas sintéticas de imagem identitária coletiva para a comunidade Linha Fão.
Fonte: Acervo NEDET-UFSM

A opção à esquerda traz referências à natureza que circunda a comunidade, marcada pelo Rio dos Caixões e por terrenos íngremes, além do artesanato em palha de milho, um dos principais marcadores da identidade da comunidade. Está presente também o sol no horizonte, representando a esperança, e grafismos étnicos de matriz africana. A segunda alternativa, à direita, é marcada pela presença do homem e da mulher quilombola e, ao fundo, a textura do trançado em palha de milho junto com flores em palha de milho, que são feitas pelas mulheres da comunidade. As alternativas geradas foram distribuídas pelas lideranças da comunidade para todos os moradores para que fossem avaliadas. Porém, durante este período teve início a pandemia de COVID-19, impossibilitando a continuidade presencial do processo de criação de uma imagem identitária coletiva para a comunidade Linha Fão.

Após a realização das oficinas, na fase de avaliação, percebemos que há um grande valor no saber-fazer artesanal das comunidades quilombola, sendo o artesanato um exemplar da cultura material do território e contribuindo para manter a memória cultural presente para as futuras gerações. Em todas as oficinas relatadas se fez uso de uma metodologia dialógica e participativa, onde todos os participantes não foram apenas receptores, mas se envolveram efetiva e afe-

tivamente nos debates, contribuindo com seus saberes tradicionais e relatando experiências sobre o tema. Dessa forma, a realização das oficinas contribuiu para a conservação sócio-histórico-cultural do artesanato de palha de milho, maior valorização das produções artesanais e maior visibilidade das expressões da identidade territorial quilombola.

A construção identitária do indivíduo promove vínculos com um coletivo e produz o sentimento de pertencimento (HALL, 2006). Esse sentimento está fortemente presente nas Comunidades Remanescentes Quilombolas, como demonstra a fala de uma das moradoras da comunidade Júlio Borges:

Eu sou quilombola com muito orgulho. É um orgulho pra nós, temos que assumir o quilombola. Esses dias fui fazer a consulta em Sobradinho e a mulher me olhou assim né e ela perguntou assim pra mim – que geração tu é? – e eu respondi que sou quilombola com muito orgulho e bato no peito. Tem que dizer mesmo, é isso que somos e é assim que existimos (VATTATHARA, 2018, p. 43).

As oficinas de valorização das técnicas artesanais e de criação de imagens identitárias coletivas, capazes de possibilitar a identificação das associações comunitárias e de seus produtos como sendo quilombolas, contribuíram para fortalecer o sentimento de pertencimento e reforçar a vinculação identitária dos produtos com o território. As ações de manutenção do saber-fazer artesanal, mesmo que em um estado de hibridação, e de ampliação de sua divulgação nos mercados, especialmente naqueles de circuitos curtos, são favorecidas pelo aumento da visibilidade dada na contemporaneidade aos bens culturais e com vinculação territorial. Porém, o fazer artesanal se difere da lógica produtivista capitalista, especialmente em comunidades tradicionais e/ou quando há a utilização de matérias-primas naturais, cujo cultivo depende das condições do tempo de plantio e colheita, e isso deve ser levado em consideração nas ações que visam ampliar a inserção do artesanato nos mercados, sejam locais ou globais.

Portanto, compreendemos que a valorização do artesanato identitário vem ao encontro da noção de desenvolvimento territorial, que compreende ser preciso levar em consideração os aspectos culturais e simbólicos do território para se obter um desenvolvimento com protagonismo de atores locais, buscando atender às suas necessidades e anseios. Porém, entendemos também que as iniciativas que procuram valorizar o potencial desse saber-fazer não estão isentas do risco da apropriação da renda de qualidade territorial se dar por um número reduzido de atores⁶. Assim, quanto mais conhecimento e escolhas as/os artesãs(ões) tiverem para definir suas estratégias de singularização, introduzindo, tanto na produção como no consumo, demandas que representem os seus verdadeiros interesses, mais autonomia terão frente aos mercados e demais atores sociais do território e/ou da globalização.

⁶ Compreendemos que a comercialização do artesanato de cunho étnico-identitário, apesar de oportunizar ganhos financeiros e possibilitar um aumento da autonomia dos grupos minoritários, também pode sujeitá-los a novas formas de exclusão. Para uma discussão mais aprofundada sobre a incorporação da identidade e commodificação da cultura dos povos tradicionais, recomendamos a leitura de Comaroff; Comaroff (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência da produção artesanal nas sociedades industrializadas, e mesmo pós-industriais, suscita diferentes interpretações, uma das mais consolidadas é aquela baseada na crescente importância que a dimensão simbólica tem desempenhado nos mercados, propiciada pelas configurações sociopolíticas e econômicas do mundo contemporâneo, marcadas pela acumulação flexível onde são recorrentes os processos de descentralização industrial, diferenciação e economias de escopo, resultando em uma profusão sem precedentes de bens culturais. Com a crescente expansão da globalização, e conseqüente preocupação com a homogeneização dos bens culturais, a valorização das especificidades territoriais passou a permear discussões em diversas áreas do conhecimento.

As condições atuais do mundo globalizado possibilitam a construção de novas identidades a partir de interações entre o global e o local, onde estratégias de reconversão são frequentemente utilizadas com o intuito de mobilizar recursos territoriais e transformá-los em sinais diacríticos, ou seja, elementos identificadores de um grupo atribuídos e reconhecidos reciprocamente pelos seus membros, que possam vir a compor narrativas identitárias do território. O artesanato, nesse contexto, pode ser considerado expressão de identidade territorial, especialmente naqueles territórios onde estão em curso estratégias de construção e projeção identitária, possibilitando a consolidação de vantagens diferenciadoras nas arenas dos mercados, contribuindo para angariar ativos que podem favorecer o desenvolvimento de suas comunidades.

O artesanato em palha de milho é um saber-fazer que vem sendo transmitido ao longo das gerações nas Comunidades Remanescentes Quilombola do território Centro Serra do Rio Grande do Sul. No seu aspecto simbólico, o artesanato em palha é uma expressão da identidade quilombola com potencial de conservação sócio-histórico-cultural, pois é uma técnica que foi elaborada e transmitida desde a ancestralidade matriarcal presente nas comunidades. Assim, as oficinas promovidas pelo NEDET-UFSM buscaram reafirmar o artesanato como parte da imagem identitária coletiva do território e fortalecer seu potencial enquanto representante da expressão identitária destes grupos sociais.

Como previamente ressaltado, a dimensão cultural e o conhecimento expressados na criação de artefatos muitas vezes não são comunicados de forma explícita nos produtos. Assim, informar sobre o modo de fazer tradicional e sua vinculação com a cultura dos artesãos se torna fundamental para a valorização e a perpetuação da tradição e da história dos produtos, distinguindo e reconhecendo as comunidades que os produzem e seus territórios de origem. A construção das imagens identitárias coletivas para as comunidades buscou dar maior visibilidade a saberes e fazeres artesanais, que vêm recebendo renovada atenção no contexto contemporâneo de expressivo apreço pelo consumo de bens culturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D.K.; MEAD, M. The case study research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, v.11, n. 3, p. 369-386, 1987.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BENZ, I. E.; LESSA, W. Reflexões sobre uma relação assimétrica entre designers e artesãos. **Estudos em Design**, v. 24, n. 1, 2016.
- BERND, Z. O elogio da criouldade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA Jr., B. (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008.
- BORGES, A. **Design + artesanato**: o caminho brasileiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- BORGES, A. **Designer não é personal trainer**: e outros escritos. 2ª ed. São Paulo: Edições Rosari, 2003.
- BUTI, R. P. Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e socio-cultural da comunidade remanescente de quilombo Linha Fão (Arroio do Tigre/RS). Porto Alegre: INCRA/RS, 2014.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CARRIL, L. F. B.. Quilombo, território e geografia. **Agrária**, São Paulo, n° 3, p. 156-171, 2006.
- CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. da C.. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação do Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciência Sociais**, n. 39, p. 329-346, Outubro, 2013.
- COELHO, L. M. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural Comunidade Remanescentes de Quilombo Júlio Borges (Salto do Jacuí/RS). Porto Alegre: INCRA/RS, 2014.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. **Ethnicity, Inc.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.

COSTA, F. F.; VIEIRA, L. M. D.; FROELICH, J. M. Mediação social em contexto multicultural: uma experiência junto às comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul In: SANTOS; et al. **Fontes, métodos e abordagens nas ciências humanas: Paradigmas e perspectivas contemporâneas.** 1ª ed. Pelotas: BasiBooks, 2019, v.1.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, M. C. da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DE PAULA, J. Territórios, redes e desenvolvimento. Em: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **Dados – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

FAGIANNI, K. **O poder do design.** Brasília: Thesaurus, 2006.

FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. **Sociedade e Estado,** v. 11, n. 1, 1996.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, D. A.; et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC,** Minas Gerais, 13, 5, p. 937-943, Set-Out, 2011.

FROELICH, J. M. Produção e gestão quilombola em empreendimentos econômicos solidários no território Centro Serra do RS: mediações e tecnologias sociais em contextos de interculturalidade. Projeto contemplado na chamada CNPq/MTb-SENAES 27/2017.

FROELICH, J. M.; et al. Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG,** v. 15, nº 2, p. 135-141, maio a agosto, 2019b.

FROELICH, J. M.; et al. Feira Internacional do Cooperativismo como oportunidade de inclusão sócio-produtiva de comunidades quilombolas In: 37º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS, 2019, Florianópolis, SC. **Anais do 37º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS - Extensão e Inovação.** Florianópolis, SC: UFSC - FORPROEX, 2019a.

FROELICH, J. M.; MELLO, C. I. de (Orgs.) **Artesanato e Identidade Territorial: manifestações e estudos no Brasil Meridional.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, RJ: Eduff, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Instrução Normativa Nº 16 de 24 de março de 2004. Governo Federal, 2004. Disponível em: www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-16-2004_75285.html. Acesso em: 03 mar. 2021.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ªed. São Paulo: Ática, 1997.

KRUCKEN, L. **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of signs and space**. London: SAGE Publications, 2002.

LEITE, R. P. Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir. In: SAMPAIO, H. (org.). **Olhares itinerantes**: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição. São Paulo: Artesanato Solidário, 2005.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, Brasília, n. 322, p. 251-290, 2002.

MASCÊNE, D. C.; TEDESCHI, M. **Termo de referência**: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato. Brasília: SEBRAE, 2010.

MELLO, C. I. de; et al. Projeto Design Social: geração de renda e resgate cultural através do design associado ao artesanato. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, 2011.

MELLO, C. I. de; FROEHLICH, J. M. Identidade territorial e visibilidade midiática: o artesanato no Caderno Quarta Colônia. **Interações** (Campo Grande), v. 20, p. 769-784, 2019.

MELLO, C. I. de; **Território feito à mão**: artesanato e identidade territorial no Rio Grande do Sul. 2016. 233 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

ORTIZ, R. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, 2013.

PAZ, E. F. de. La valorización artesana y su repercusión turística. El caso de Chile. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 2, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5089496>. Acesso em 25 jan. 2020.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, PB, n. 24, v. 1-2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PICHLER, R. F.; MELLO, C. I. de. O design e a valorização da identidade local. **Design & Tecnologia**, v. 2 - nº4, 2012.

PIETERSEN, J. N. The cultural turn in development: questions of power. The European **Journal of Development Research**. London: Frank Cass e Co., v. 7, n. 1, 1995

RADCLIFFE, S. A. (Org.) **Culture and Development in a Globalizing World: Geographies, actors and paradigms**. Routledge, London & New York, 2006.

RICALDONI, T. F.; SILVA, L. M. C.; REZENDE, E. J. C. Reflexões sobre ética na relação design-artesanato. **Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2018.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Ano V, nº 10, p. 1-6, 1º semestre, 2002.

STEINMETZ, G. **State/Culture: State-Formation after the Cultural Turn**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.

TAGATA, W. M. **“Omo’s wash keeps England in the black”: hibridismo em Minha Adorável Lavanderia e outros espaços intersticiais**. 2007. 235 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VATTATHARA, S. D. **Mulheres quilombolas e luta por reconhecimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.